



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

ATA DA 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA 2020

Ata da 2ª Reunião de Avaliação da Estratégia 2020, realizada no dia 29 de setembro de 2020, às 10 horas, por videoconferência, sob a organização da Coordenadoria de Gestão Estratégica.

1. PARTICIPANTES

Lista de participantes anexa.

2. PROGRAMAÇÃO

- Planejamento Estratégico TRT6 2015-2020
- Metas Nacionais do Poder Judiciário
- Movimentação Processual
- Planejamento Estratégico de TIC

3. APRESENTAÇÃO / DISCUSSÃO DA PAUTA

Assunto:
APRESENTAÇÃO

Responsável:
Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica

Iniciando a Reunião de Avaliação da Estratégia, a Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, informou que a reunião tem como principal objetivo acompanhar a implementação da estratégia por meio do monitoramento dos indicadores, metas e iniciativas constantes do Planejamento Estratégico Institucional.

A realização da reunião é prevista na Resolução 198 do CNJ, que instituiu a Estratégia Nacional para o Poder Judiciário, e na Resolução Administrativa 25/2014 do TRT6, que instituiu o Planejamento Estratégico para o período 2015-2020, sendo ainda, um dos critérios para pontuação do Prêmio CNJ de Qualidade, além de constar como uma boa prática de Governança pelo Tribunal de Contas da União.

Em seguida, destacou que na reunião serão apresentados o acompanhamento do Planejamento Estratégico TRT6, os resultados das Metas Nacionais do Poder Judiciário, os dados da movimentação processual em 2020 e o acompanhamento do Planejamento Estratégico de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação). Ressaltando que a apresentação é referente ao período entre janeiro a agosto de 2020.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

Assunto:

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TRT6
2015-2020**

Responsável:

Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica
Luiz Eduardo Moura de Oliveira
Chefe da Seção de Acompanhamento
e Controle Estatístico
Alexsandra Monteiro da Silva
Assistente da Seção de Projetos
Estratégicos

A Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, iniciou a apresentação do Planejamento Estratégico do TRT6 2015/2020 por meio da ferramenta eletrônica Observatório do TRT6, informando que o Observatório está disponível na Intranet do Tribunal e objetiva auxiliar na divulgação das informações e no aprimoramento da gestão.

Destacando o Mapa Estratégico, a representação gráfica da estratégia definida para o Tribunal, elaborada por meio da definição dos Objetivos Estratégicos, que são as prioridades que a instituição deve buscar para realizar a Missão e alcançar a Visão desejada. Sendo o alcance dos Objetivos acompanhado pelo desempenho nas Metas Estratégicas e medido por meio dos Indicadores Estratégicos e também pela realização dos Programas Estratégicos.

Observou, mais uma vez, que no Plano Estratégico do TRT6 são utilizados metas e indicadores do Plano Estratégico da JT e da Estratégia do Poder Judiciário, em razão da necessidade de se manter o alinhamento.

Na leitura do Mapa Estratégico, foi ressaltado que nos Objetivos relacionados aos Temas Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia e Atuação Institucional, ainda não houve posição do CSJT quanto a apuração dos indicadores de governança (iGov, iGovPessoas e iGovTI) para 2020, em razão da suspensão da realização do Levantamento de Governança em 2020 pelo TCU, decorrente da pandemia do novo coronavírus, conforme informamos na última RAE.

No Tema Infraestrutura e Tecnologia, o Objetivo Estratégico “Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial” tem como indicador o Índice de Clima Organizacional (ICO), sendo apurado pelo resultado obtido na Pesquisa de Clima Organizacional. No entanto, foi informado pelo Núcleo de Desenvolvimento de Pessoas que devido a situação atual da pandemia, a pesquisa não será realizada neste ano.

Ressaltando que em 2018, já foi alcançado o índice de 81% de satisfação, acima da meta estipulada de 65% para 2020.

O Tema Orçamento, o Objetivo Estratégico “Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à estratégia” traz o indicador Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD) relacionado a Meta “Aumentar o índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em 10 pontos percentuais, até 2020”. A média obtida no TRT6 neste período foi de 61,93%, assim para 2020, a Meta é alcançar o índice de 71,93%.

Até agosto deste ano, o Tribunal alcançou o índice de 38,58%, abaixo da meta parcial prevista para o mês de 47,96%.

Segundo informações da Secretaria de Orçamento e finanças, a execução do orçamento do Tribunal possui como principais características, durante o primeiro trimestre



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

do ano, os pagamentos de Restos a Pagar e a redução de consumo, o que comumente ocasiona o não alcance da meta estipulada para o período. Historicamente, a partir do segundo trimestre, o nível de execução das despesas é alavancado, fazendo com que o TRT6 tenha ultrapassado, em praticamente todos os anos, a meta estabelecida para o Índice. Entretanto, devido à situação causada pela pandemia da COVID-19, foi verificado maior grau de risco quanto ao alcance da meta do IEOD para este exercício.

Com a finalidade de se mitigar tal risco, e em conformidade com a orientação da administração, estão sendo adotadas medidas necessárias para o ajuste do planejamento inicial, em virtude do atual cenário. Dentre essas medidas, se destaca o levantamento junto aos gestores de possíveis reduções de gastos, decorrentes da suspensão do trabalho presencial, indicando com antecedência os valores disponíveis para utilização em outras demandas, bem com a realização de reuniões com os gestores para tratar da execução orçamentária. Essas ações foram incluídas no Plano de Tratamento de Risco do Processo de Gestão Orçamentária e auxiliaram na identificação de necessidade de alterações orçamentárias, resultando no pedido de crédito adicional, aprovado neste mês de setembro. Na solicitação de crédito adicional foi contemplado o remanejamento de valores de Despesas Correntes para Despesas de Capital com o objetivo de adquirir equipamentos de tecnologia da informação mais modernos, bem como substituir os equipamentos de condicionadores de ar antigos. Nesse pedido de crédito também foi destinado valor para a ação de Assistência Médica e Odontológica, com recursos da ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

Com essas medidas, a Secretaria de Orçamento projeta que o Tribunal poderá atingir um percentual de execução do orçamento disponibilizado de aproximadamente 71%, ficando um pouco abaixo da meta estipulada para o exercício que é de 71,93%. Entretanto, ressalta que outras medidas ainda podem ser adotadas no terceiro período, o que pode provocar maior elevação no índice ao final do exercício.

No tema Atuação Institucional, no Objetivo "Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo" temos o indicador Índice de Divulgação da Mídia (IDM) relacionando a Meta "Manter em 90% ou mais o índice de divulgação positiva na mídia." mensurando tanto as notícias divulgadas pela Divisão de Comunicação como as mídias espontâneas.

Em 2020, o gráfico aponta o cumprimento mensal da Meta com índices bem elevados. Conforme informações da Divisão de Comunicação Social, até agosto de 2020, foram 2.333 notícias do TRT6, entre as 2.040 produzidas e 293 espontâneas. Os canais mais utilizados foram: Portal, Twiter, Facebook, sites, Instagram e o Programa Justiça do Trabalho num Minuto.

Dando continuidade, o Chefe da Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico, Luiz Eduardo Moura de Oliveira, apresentou o desempenho do TRT6 referente aos Objetivos Estratégicos impactados pelos indicadores da atividade fim do Regional.

Ainda dentro da perspectiva de Processos Internos, no tema Atuação Institucional, passou a apresentar o OE "Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo". Nesse OE a Meta 04 é a única meta a impactar o planejamento estratégico. Foi observado que em 2020 o TRT6 obteve um índice de conciliação acumulado até agosto de 47%, atingindo a meta estabelecida para o período. O TRT6, de forma inédita, está cumprindo a meta proposta, destacando que, em virtude do afastamento social provocado pela pandemia da COVID-19, houve um aumento das soluções no 1º grau através do instituto da conciliação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

Em seguida, passou para o tema Eficiência Operacional, onde o OE “Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional” é o mais impactado pela atividade fim do TRT6. Destacou que 07 (sete) Metas impactam diretamente neste objetivo e são acompanhadas pelos indicadores: TMDP2, TMDP1c, IPJ, IPA, IACJ1, IACJ2 e IRA. A Meta 07 que visa reduzir o prazo médio de duração do processo na 2ª Instância é mensurada pelo indicador TMDP2. O desempenho do TRT6, neste indicador, vem evoluindo historicamente a partir do 1º ano do atual ciclo estratégico. Em 2015 se encontrava com farol vermelho, ou seja, com percentual de cumprimento inferior a 80%, evoluindo de maneira satisfatória até atingir o farol verde em 2018 e ratificando o bom desempenho até o mês de agosto de 2020. Observou, ainda, que o TRT06 atingiu o prazo médio de 67 para julgar um processo no 2º grau, ficando com um prazo inferior ao previsto (79 dias), bem como inferior ao prazo estabelecido pela cláusula de barreira, que é de 138 dias, inferindo que o TRT06 como um dos melhores desempenho a nível nacional.

Na sequência, passou para o indicador 08, TMDP1c, que pela primeira vez neste ciclo estratégico atingiu a meta estabelecida. Para 2020 o previsto é de 299 dias e o prazo atual está em 276, incluindo o TRT6 no farol verde desse indicador a partir de março de 2020, ratificando a tendência de queda desse indicador, que tem como objetivo fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional.

Os indicadores 09 e 10, IPJ e IPA, respectivamente, têm o propósito de acompanhar o julgamento dos processos na fase de conhecimento, estando ligados diretamente à redução do estoque de processos pendentes de julgamento, alinhando-se à celeridade processual prevista neste OE. A Meta 09, que visa julgar quantidade maior de processos que os distribuídos no ano, tem o seu desempenho acompanhado pelo IPJ e vinha sendo cumprido desde o ano de 2016. Contudo, foi pontuado que por motivos excepcionais e tendo a pandemia como fator primordial, essa meta não vem sendo cumprida pela maioria dos regionais. Já a Meta 10, que tem como objetivo identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, teve o seu desempenho no farol amarelo desde 2018, estabilizando em 98% de percentual de cumprimento nos últimos 02 anos do atual planejamento estratégico. Contudo, em 2020, após várias ações integradas, principalmente pela Corregedoria Regional, no tocante ao acompanhamento mais específico dos processos pendentes em cada unidade judiciária, pode-se dar efetividade na solução dos processos pendentes, tendo como resultado o cumprimento desta meta a partir do mês de agosto de 2020.

Os indicadores 11 e 12, IACJ1 e IACJ2, respectivamente, também com foco na celeridade processual visam à redução dos processos de conhecimento em ações coletivas da 1ª e 2ª Instâncias. Os indicadores mostram um desempenho semelhante no julgamento das ações coletivas em ambas as instâncias, onde apenas no ano de 2016 houve divergência pelo não cumprimento da meta na 1ª Instância e também no ano de 2019. Já em 2020 ambas as metas estão sendo cumpridas até o mês de agosto.

Finalizando a análise deste OE, o Indicador 13 (IRA) acompanha a meta de redução em 2% do acervo dos 10 maiores litigantes em relação ao ano anterior. Historicamente o TRT6 tem cumprido essa meta sem maiores dificuldades, superando, até agosto de 2020, o percentual alvo da meta. O Chefe da Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico lembrou, ainda, que este indicador é aferido concomitantemente em ambas as Instâncias, e que, o desempenho positivo de uma pode fomentar o desempenho negativo da outra e vice-versa. Esta análise também é válida para os indicadores IPJ e IPA.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Logo após, passou à análise do tema Acesso à Justiça e Efetividade, dentro da perspectiva Sociedade. Este tema encontra-se, no mais alto nível do plano estratégico, por esse motivo o objetivo de “Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho” passa a ter bastante relevância no desempenho institucional. Os indicadores IE – Índice de Execução e o IAM – Índice de Alcance de Metas aferem o desempenho estratégico do TRT6 para o alcance das Metas 01 e 02, respectivamente. A Meta 01 busca aumentar a efetividade nos resultados da prestação jurisdicional dentro da perspectiva Sociedade do nosso plano estratégico sendo acompanhada pelo IE. Este indicador teve desempenho positivo a partir do ano de 2016. Contudo, até agosto de 2020, com percentual de cumprimento de apenas 74% esta meta demonstra a dificuldade na baixa de processos na execução e que pelos mesmos motivos elencados no IPJ, a maioria dos tribunais trabalhistas também não está conseguindo atingir a meta estabelecida. Já a Meta 02, acompanhada pelo IAM, tem a propriedade de demonstrar, de forma sistêmica, o sumário do desempenho de todos os indicadores que compõem o planejamento estratégico. A síntese do desempenho pode ser acompanhada pela evolução no percentual de cumprimento deste indicador que iniciou no farol vermelho, no 1º ano do planejamento estratégico, evoluindo positivamente para o farol verde a partir de 2017 e se firmando neste patamar até o presente momento.

Por fim, o referido servidor demonstrou o potencial da atual ferramenta de acompanhamento do planejamento estratégico, onde a análise macro dos indicadores pode ser mitigada até o nível de unidade judiciária do 1º grau, vinculando o acesso direto ao relatório de Metas Nacionais do CNJ através do sistema “Acerte à Meta”, já disponível no Observatório do TRT6. Finalizando, o acompanhamento dos resultados do Planejamento Estratégico, a Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte retorna à exposição, evidenciando o Objetivo Estratégico “Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho”, com o Indicador Índice de Alcance das Metas (IAM), um indicador sintético, que mede o cumprimento das Metas do TRT6 no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, com a Meta “Atingir a pontuação entre 55 e 61 até 2020”. Para 2020, a Meta foi ajustada em razão da não apuração dos indicadores de governança para “Atingir a pontuação entre 55 e 61”. Até agosto de 2020, o TRT6 está com o resultado de 70 pontos. (Metas cumpridas: IPA, ICONc, IACJ1, IACJ2, IRA, TMPD1, PTMDP2).

Chegando ao último Tema Responsabilidade Socioambiental com o Objetivo Estratégico “Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na Governança Institucional.” O indicador Índice de Alcance das Metas Socioambientais (IAMS) que mede o cumprimento das Metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável (PLS).

No PLS instituído para o período de 2019-2021, foram estabelecidas 16 metas relacionadas aos temas Energia, Água, telefonia, papel, insumos de impressão, serviços postais, combustível, coleta seletiva, ações de qualidade de vida e sensibilização sobre educação socioambiental.

Observa-se que 8 (oito) das metas foram atingidas com elevado percentual de redução, por se tratar de bens de consumo e serviços, a redução significativa se deu em virtude do trabalho remoto. São elas: papel A4, copos descartáveis, água envasada (Garraão de 20 litros), telefonia, serviços postais, água, energia e combustível. Observa-se que

Destaca-se a meta consumo de energia elétrica pela elevação do índice de consumo, em relação ao ano de 2017 (ano de referência). Segundo informação da Coordenadoria de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

Engenharia e Manutenção – CEMA, além de ter ocorrido aumento na área atendida, como por exemplo, a instalação da Escola Judicial, houve alteração na fórmula de apuração do consumo, aprovada pela ANEEL. Assim, foi feita uma análise, utilizando-se o parâmetro custo do consumo em 2020, em relação ao custo em 2017 (ano de referência), o que resultou na identificação de uma redução de 3,58%, o que confirma o cumprimento da meta estabelecida (Manter o consumo anual em kWh inferior ao de 2017).

No entanto, algumas metas tiveram sua análise prejudicada, em razão da ausência do trabalho presencial, como é o caso da Implantação da Coleta Seletiva em 100% das unidades, serviços de limpeza, vigilância e ações de qualidade de vida. Em relação à meta referente ao parque e aos insumos de impressão, a apuração ainda não foi realizada, porém acredita-se que seja atingida, em razão das atividades estarem sendo realizadas por meio do teletrabalho.

O desempenho parcial (metas alcançadas x total de metas) foi de 50%. Diante da mudança na forma de trabalho imposta pelo isolamento social, em decorrência da COVID19, os resultados obtidos foram relevantes para o alcance antecipado das metas com perspectivas de avanço nos próximos meses.

Como já citado no início, a execução dos Programas e Projetos Estratégicos contribui para o alcance dos Objetivos Estratégicos e chegamos a uma fase muito importante deste ciclo que merece uma avaliação cuidadosa dos resultados, houve anteriormente uma reunião com os gestores para a avaliação do cenário atual e dos resultados possíveis de serem alcançados.

Dando continuidade, a servidora Aleksandra Monteiro da Silva, lotada na Seção de Projetos Estratégicos, apresentou a situação do Portfólio de Programas e Projetos Estratégicos do Tribunal no período compreendido entre 2017 e 2020. Nesse intervalo de tempo foram criados 17 programas e 138 projetos.

Em seguida, foi demonstrado o desempenho do portfólio sendo verificado que a maior parte dos programas apresenta o índice de execução próximo a 100%, o que já era esperado, visto que, no final de 2020 encerra-se o ciclo do Plano Estratégico vigente. Além disso, 84,38% dos programas estão dentro do prazo planejado. Outro ponto mencionado foi que os programas, PE01- Excelência nas atividades e PE04 – Governança de Pessoas, são responsáveis por mais da metade dos projetos existentes no portfólio institucional.

Ademais, foi mostrado um painel retratando a situação dos projetos estratégicos em termos de desempenho dos seus índices de execução, custos e carga de trabalho realizada. Percebeu-se que o índice de execução dos projetos entre 2017 e 2020 variou entre 79% e 83% com exceção do ano de 2020 que, devido à pandemia, ainda figura em torno de 39,69%. Justificou-se o baixo valor do índice devido à suspensão dos trabalhos presenciais que provocou um início tardio dos projetos impactando no índice de execução, mas que provavelmente será normalizado até o final do segundo semestre.

Em sequência, foram destacados o desempenho dos projetos especificamente em 2020, nesse período, foram criados 23 projetos dos quais 3 já foram concluídos, 19 estão em execução e 1 em planejamento. Além disso, ressaltou-se que o percentual de trabalho realizado no ano comparado ao previsto aproximasse dos 32%, enquanto os custos orçados para efetivação dos projetos correspondem a 20% do custo previsto, ou seja, dos 390 mil previstos cerca de 80 mil foram realizados. Também com relação às ações executadas, cerca de 70% está dentro do prazo.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Por fim, foram apresentados os principais resultados obtidos pela execução dos projetos ainda no primeiro semestre. Foi dado um destaque especificamente aos projetos concluídos: (a) Projeto de levantamento dos riscos dos processos administrativos; (b) Implantação de solução de ambiente virtual para o memorial da justiça do trabalho e (c) Aquisição de solução para telefonia móvel.

Assunto:
METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

Responsável:
Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica
Luiz Eduardo Moura de Oliveira
Chefe da Seção de Acompanhamento
e Controle Estatístico

O Chefe Luiz Eduardo iniciou a apresentação sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário apresentando o Painel de Acesso a Meta do sistema Observatório do TRT6 especialmente construído pela Coordenadoria de Gestão Estratégica com o apoio da STI, como a ferramenta de apoio fundamental para o cumprimento das Metas.

Demonstrou, ainda, o painel das metas de 2020, onde das 09 metas ali estabelecidas apenas 02 (duas) ainda não foram atingidas pelo TRT6 até esse momento.

Finalizando sua apresentação falou que em 2020 constam novas Metas passando a palavra para a Coordenadora Elisabete.

A Coordenadora Elisabete explanou sobre as três novas metas estabelecidas com aspecto qualitativo.

Destacou que a Meta 9 - Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário é considerado de grande importância para o CNJ, e que vem sendo realizadas reuniões quinzenais com representantes dos Tribunais por segmento de Justiça para orientações e acompanhamento da Meta.

Informou que em reunião realizada no dia 17/09, o TRT6 apresentou ao CNJ e a representantes de toda a JT o seu plano de ação para a Meta 9, com a participação do Juiz Saulo Bosco e da Juíza Ana Freitas, convidando-os a realizar a apresentação também nesta reunião.

O Juiz Saulo Bosco ressaltou que a Meta 9 destaca a importância de incluir no planejamento do Poder Judiciário para 2020, as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Para o cumprimento da Meta 9 foi definido que os Tribunais escolhessem um assunto dentre os mais recorrentes na relação da Tabela de Processos Unificados (tabelas básicas de classificação processual estabelecida pelo CNJ), relacionado a um dos ODS e que para esse assunto fosse elaborado um plano de ação com o objetivo de prevenção ou desjudicialização. No TRT6, foi escolhido na TPU o Assunto: Direito do Trabalho – Acidente de trabalho, na temática relacionada à segurança do trabalho e prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais relacionados ao ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico. Para a apuração do cumprimento da Meta, é considerado o percentual de 50% para a elaboração do Plano de Ação e envio ao CNJ e 50% referente à Execução do Plano.

Em seguida, a Juíza Ana Freitas deu continuidade à apresentação ressaltando que o plano de ação tem por objetivo realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

voltada a essa temática, com prazo de execução até dezembro de 2020. Os gestores regionais do Programa Trabalho Seguro são o desembargador Fábio André de Farias e ela. A razão principal dessa iniciativa é reduzir o tempo da prestação jurisdicional de ações que envolvam a temática de acidentes de trabalho e, ao mesmo tempo, estimular a conciliação.

Passando a relacionar as atividades do plano de ação. O item 1 trata sobre a identificação dos processos pendentes e referentes à meta 9. O item 2 diz respeito ao monitoramento mensal dos processos pendentes de julgamento que tratem sobre acidentes de trabalho. O item 3 consiste na divulgação das informações da meta, com o aperfeiçoamento das informações no portal do trt6. O item 4, já cumprido, é relativo à sensibilização sobre os temas relacionados a acidentes de trabalho, tendo sido realizado o seminário virtual no 28 de abril "reflexões sobre as fragilidades no mundo do trabalho: alternativas disponíveis para priorizar e preservar vidas em memória às vítimas da covid-19. Destacando que, em razão da pandemia, todos os eventos são realizados via plataforma *StreamYard*, com transmissão simultânea pela plataforma *youtube*. A divulgação é feita no site do tribunal, pelas redes sociais por intermédio de todas as instituições que compõem o programa trabalho seguro, por uma mala direta com 4 mil nomes e os participantes fazem sua inscrição pelo *Sympla* e recebem certificado. O item 5 é relativo à promoção de ações de conscientização do trabalho seguro e prevenção de acidentes de trabalho junto a várias instituições. Ressaltando que o programa trabalho seguro no nosso tribunal é composto de várias instituições, como o MPT, INSS, AGU, SRT, FUNDACENTRO, OAB, AATP, AMATRA, CERESTS, Vigilância Sanitária Estadual, Sindicato dos Bancários, dentre outras instituições.

O item 6, já realizado, consistiu no encontro de prevenção de acidentes para o público interno (magistrados, servidores, estagiários), realizado em 21 de agosto com o tema pensando no retorno seguro, em uma live que contou com um médico infectologista, uma servidora médica psiquiátrica e a gerente de vigilância ambiental e saúde do estado. O item 7 diz respeito ao congresso anual, realizado no final de novembro de cada ano e que já está sendo gestado. O item 8 é relativo aos eventos realizados mensalmente. O próximo evento é relativo ao retorno às aulas e os profissionais de ensino no próximo dia 14 de outubro. O item 9 trata sobre o programa de rádio jornal chamado "justiça do trabalho em 1 minuto" com temas todos voltados à prevenção de acidentes e doenças do trabalho, inclusive com as mensagens dos parceiros da SRT, AESPE, CEREST. O item 10 é relativo à priorização do julgamento dos processos de acidentes de trabalho, com a inclusão nas semanas de conciliação e de execução desses processos e a recomendação da corregedoria para que se priorize o julgamento desses processos. Por fim, o item 11, com o ajuste do cadastramento dos temas, já na triagem inicial dos processos, recomendando às varas do trabalho que realizem esses ajustes.

Elisabete Duarte apresentou painel desenvolvido em ferramenta de BI para acompanhamento do panorama processual relacionado ao tema, inclusive com a localização no mapa de todas as varas do trabalho no estado de Pernambuco e a quantidade de processos em cada vara. Apresentou também o portal do tribunal disponibilizando na área de Metas Nacionais várias informações sobre a meta 9.

A juíza Ana Freitas retomou a apresentação com a divulgação das notícias no site para a população, os eventos já realizados em abril, julho, agosto e setembro. E, por fim, demonstrou como são as inserções na rádio jornal da "Justiça do Trabalho num Minuto". Destacando que a veiculação é no programa Geraldo Freire que tem um alcance fenomenal em toda classe trabalhadora, pois é um programa popular, com assuntos diversificados de interesse público e em uma linguagem bastante acessível.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

Continuando a Reunião, Elisabete apresentou a **Meta 10 - Promover a saúde de magistrados e servidores** - Realizar exames periódicos de saúde em 20% dos magistrados e 25% dos servidores e promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior. Informou que as ações para o alcance dessa Meta são acompanhadas e definidas pelo Núcleo de Saúde com o apoio do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do TRT6.

Conforme o glossário disponibilizado pelo CNJ para o alcance da Meta o Tribunal teria que prestar as informações cumprindo todas as perguntas. No entanto, destacou que decorrente da pandemia do novo coronavírus o CNJ instituiu grupo de trabalho objetivando avaliar o impacto no cumprimento das metas nacionais para 2020. E, considerando, a recomendação de isolamento social, e a publicação da Nota Técnica Conjunta produzida pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho, Associação Médica Brasileira e o Conselho Federal de Medicina deliberou sobre a suspensão das atividades referente a realização dos exames periódicos. Para o cumprimento da meta será necessário apenas a realização da atividade da pergunta P.10.7 (Realizar pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência dos casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior).

Segundo informações do Núcleo de Saúde, o adoecimento mental foi identificado como principal causa de absenteísmo de magistrados e servidores. E nesse sentido, durante a 4ª Jornada Institucional no TRT6 ocorrida no período de 13 a 17/01/2020, o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde dos Magistrados e Servidores participou promovendo um momento saúde, falando sobre "A ciência da felicidade, o ambiente de trabalho e o bem-estar". O palestrante seguiu a vertente da Psicologia Positiva, que estuda a felicidade, trabalhando o "positivo" como a forma mais eficaz para evitar ou lidar com os adoecimentos mentais. Assim, seguindo o critério de cumprimento, esta Meta já foi cumprida pelo Tribunal.

Em seguida, a **Meta 11 - Promover os direitos da criança e do adolescente:** Promover pelo menos uma ação visando o combate ao trabalho infantil. Destacando que o acompanhamento e definição das ações para o alcance desta Meta, diante da pertinência temática, serão por meio do Programa Regional de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT6. Para esta Meta, o Tribunal também deverá realizar Plano de ação e executá-lo.

Assunto:
DADOS ESTATÍSTICOS RELEVANTES

Responsável:
Maria Terezinha Pimentel de Souza
Chefe do Núcleo de Estatística e Pesquisa

Dando continuidade à apresentação da 2ª Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE) de 2020, a Chefe do Núcleo de Estatística e Pesquisa, Maria Terezinha Pimentel, apresentou o histórico da movimentação processual registrada, no período de janeiro a agosto de 2020, com destaque para os meses de março a agosto, marcados pela pandemia do novo coronavírus – COVID 19.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

A análise apresentada focou, inicialmente, no comportamento da demanda no 1º grau de jurisdição, partindo do ajuizamento de 5.001 ações trabalhistas, em janeiro, chegando a 4.842, em agosto, contabilizando-se um total de 40.029 novos processos, nos últimos oito meses. Nesse período, foram solucionadas 35.990 ações, correspondendo a uma produtividade de 89,91%, que, se levado em conta o contexto em que nos encontramos, de incertezas e instabilidades sociais e econômicas, pode ser considerada de um bom nível de resolução.

Considerando os últimos oito meses do ano corrente, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, foi identificada uma redução de 19,73% sobre a demanda, no primeiro grau de jurisdição, redução essa que tem componentes da crise econômica e de saúde, que enfrentamos, até mesmo pelo próprio distanciamento social.

Partindo-se do princípio de que não temos controle sobre a demanda, foi dado enfoque ao desempenho do Tribunal, nesse período, tratando-se do número de processos solucionados, que está diretamente relacionado à produtividade do Tribunal.

Ressaltou que nesse período, o número de soluções dos conflitos por conciliação foi bem expressivo, chegando, em junho, a 54,97%, permanecendo acima de 50%, até agosto. Na média geral do período, foi registrado um índice de 42,26%, superando a média do ano anterior.

Com relação ao 2º grau de jurisdição, as evidências foram ainda mais marcantes. Foram ajuizadas 18.641 ações, e solucionadas 18.808, o que correspondeu a uma produtividade da ordem de 100,9%. Com relação à demanda de novas ações ajuizadas, comparativamente aos oito primeiros meses do ano anterior, foi registrada uma pequena redução na instância recursal, da ordem de -3,32%.

Dando um enfoque específico sobre o comportamento da demanda, nos últimos oito meses, foi demonstrado que, na fase de conhecimento do 1º grau, houve um recuo de 19,73%, em relação ao mesmo período do ano anterior, e no segundo grau, de -3,32%. Como já pontuado, anteriormente, a retração da demanda pode ser explicada pelo cenário desfavorável produzido pela pandemia do COVID 19, e de toda a situação econômica e social decorrente do quadro de incertezas, que vivenciamos, gerado ainda pelo isolamento social, a que estamos submetidos.

Considerando o comportamento da demanda do 1º Grau de Jurisdição, porta de entrada da Justiça do Trabalho, em relação às Regiões do Estado, foram observadas retrações de ajuizamento de ações, da Capital ao Sertão, com destaque para a Região da Mata Sul, região canavieira, com redução de (-48,13, %), e para o próprio Sertão, redução de (-30,78%). No total geral, a retração foi de 19,73%.

Focando-se a análise sobre os assuntos registrados nos casos novos ajuizados na 1ª instância, no período de janeiro a agosto, foi verificado que o Aviso Prévio, a Multa de 40% do FGTS, e a Multa do Artigo 477 da CLT, seguidos das Verbas Rescisórias, ocuparam as quatro primeiras colocações do ranking. Com relação ao assunto COVID-19, este ficou no 16º lugar. Na análise feita, mensalmente, foi observado que os meses de abril e maio concentraram os maiores números de casos, 593 e 450, respectivamente, num total de 2.021, registrados no período. Dentre os 8 (oito) Tribunais de Porte Médio, no qual o TRT6 se enquadra, os Regionais que mais apresentaram processos com o assunto COVID-19, no período, foram TRT12-SC (28,42%) e o TRT6-PE(24,72%), de num total de 8.174 registros.

Considerando a publicação do Relatório Justiça em Número – Base 2019, e a divulgação do Índice de Produtividade da Justiça do Trabalho – IPC-Jus, foi apresentado o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

desempenho dos Tribunais Regionais do Trabalho, colocando-se o TRT6, na 5ª posição dentre os Tribunais de Porte Médio.

Assunto:
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TIC

Responsável:
Alessandro Alcides de Souza
Chefe da Divisão de Gestão e
Governança de TI

Representando a Secretaria de Tecnologia da Informação, o chefe da Divisão de Gestão e Governança de TI, Alessandro Alcides de Souza, iniciou sua fala afirmando ser uma satisfação participar de uma reunião onde a tecnologia estava sendo imprescindível para acontecer. Na ocasião fez questão de agradecer e registrar os investimentos em TIC realizados pelos últimos gestores do TRT6, citando os Desembargador Presidente Valdir Carvalho, Des. Ivan Valença, Des. Gisane Barbosa de Araújo, Des. Ivanildo da Cunha Andrade e o Des. André Genn de Assunção Barros. Em seguida, apresentou os resultados dos principais indicadores do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT6 apurados até agosto de 2020.

Inicialmente foram vistos os indicadores da perspectiva Resultado, onde todas as metas foram atingidas, com exceção do ISUI - Índice de Satisfação dos Usuários Internos e do ISUE - Índice de Satisfação dos Usuários Externos, que possuem meta anual e não foram apurados até o momento, pois dependem de pesquisa aplicada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O ISUISTI - Índice de Satisfação dos Usuários Internos com os Serviços de TI teve resultado parcial de 94,93%, superior a meta de 85%. O ISUSS - Índice de Satisfação dos Usuários com a Sustentação de Sistemas teve o resultado parcial de 88,34% da meta de 80% e o ISPS - Índice de Satisfação com os Projetos de Software teve resultado de 100%, superior à meta de 90% e evidenciando a melhora na qualidade dos sistemas desenvolvidos pela equipe interna do TRT6.

Continuando com a perspectiva Processos Internos, Alessandro informou que o IAPDSSI - Índice de Adequação aos Padrões de Desenvolvimento e de Sustentação de Sistemas de Informação e o ISETIRG - Índice de Serviços Essenciais de TI com Riscos Gerenciados possuem meta anual e não tiveram até o momento uma apuração parcial. Para o iGovTI - Índice de Governança de TI, cabe destacar que utilizamos no nosso planejamento a apuração realizada pelo TCU que já informou da impossibilidade de realizar a avaliação de maturidade de governança em 2020, em razão da pandemia. A última avaliação realizada foi em 2018 e obtivemos o resultado de 0,72, ficando no nível APRIMORADO, nível máximo de classificação daquele órgão de controle. Este nível era nossa meta para 2020 e já tinha sido alcançada desde 2017.

O CNJ também faz o diagnóstico de maturidade em gestão, governança e infraestrutura de TIC e acabamos de receber o resultado preliminar de 0,91 colocando o Tribunal no nível de EXCELÊNCIA em gestão, governança e infraestrutura de TIC. No CNJ, a escala possui um nível a mais, se comparada ao TCU.

Em relação ao ICPCSTI - Índice de Cumprimento do Plano de Comunicação da STI, Alessandro apresentou o resultado de 81,16%, superior à meta estabelecida 80%. O IDSI - Índice de Divulgação em Segurança da Informação, já teve nesse ano todas as ações previstas devidamente realizadas, alcançando um resultado de 100%. O resultado acumulado para o IIPPJE - Índice de Indisponibilidade Programada do PJe-JT e o IINPPJE - Índice de Indisponibilidade Não Programada do PJe-JT permaneceram dentro das metas



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

estabelecidas, entretanto, devido a uma grande atualização em fevereiro e o aumento no volume de chamados técnicos em março e abril para viabilizar o trabalho remoto em virtude da pandemia, o ISI - Índice de Solução dos Incidentes do PJe teve um leve impacto com resultado acumulado de 78,97%, chegando muito próximo da meta acumulada de 80%. A expectativa é que com a normalidade das atividades, apresentada desde maio, essa meta seja atingida.

Continuando com a perspectiva Processos Internos, Alessandro apresentou o IPPP - Índice de Precisão do Planejamento do Portfólio do PDTIC, que obteve resultado de 67,50%, um pouco abaixo da meta de 70%. Ele explicou que esse indicador reflete o número de demandas que chegam à STI, sem um planejamento prévio, graças a mudanças de legislação ou cenário não previsto anteriormente. Já o IEPDTIC - Índice de Execução do PDTIC, obteve um resultado parcial de 86,21%, superando a meta anual de 80%.

Na perspectiva Recurso, coube destaque para os indicadores de capacitação técnica e capacitação gerencial, ICT e ICG, com meta já atingida para 2020, em razão de ação da Escola Judicial - EJ6 na contratação de plataforma EAD. Alessandro fez questão de registrar o agradecimento em nome da STI ao diretor da EJ6, Des. Ivan Valença, por toda ajuda na execução do Plano de Capacitação que refletiu no IEPAC - Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação de TIC, com um resultado de 68,06%. Registrou que esse índice sofreu impacto devido à necessidade de algumas capacitações na área de infraestrutura de TIC não terem como ser realizadas na modalidade a distância.

O ICEM - Índice de Conformidade à Estrutura Mínima de TIC, que mede o grau de conformidade do quadro de pessoal e da estrutura organizacional da STIC, definido na RES. CNJ 211/2015, monitora a força de trabalho necessária para atendimento das demandas de TIC do TRT6. O resultado de 81,67% reflete um déficit no número de colaboradores na STIC, a exemplo das diversas equipes de tecnologia da JT e das demais unidades do Tribunal. Servidores estão se aposentando e não há possibilidade de nomeação.

O ICIM - Índice de Conformidade à Infraestrutura de TIC, que mede a adequação da infraestrutura de TIC para atender às demandas oriundas da execução da estratégia do TRT6 e aos normativos legais, atualmente tem resultado de 96,15%, mas as ações necessárias para atingir a meta de 100% já foram tomadas. A expectativa é equipar as salas de audiência do Tribunal com equipamentos de maior qualidade na captação do áudio e vídeo para realização das audiências virtuais ou mistas.

Para todos os indicadores orçamentários, a expectativa é que, com a conclusão dos processos licitatórios e a chegada dos equipamentos de infraestrutura e microinformática adquiridos, possamos liquidar (pagar) nossas faturas de investimento e conseqüentemente melhorar nossos índices orçamentários. Historicamente, no final do ano, os indicadores orçamentários alcançam índices acima de 90%.

Alessandro informou que até o momento foram concluídos 32 projetos e/ou ações de TIC no Tribunal. Atualmente encontram-se em andamento 21 projetos e ações de TIC, além de todas as atividades operacionais do cotidiano da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT6. A expectativa é que todos sejam concluídos ainda esse ano. Já se aproximando do final de sua fala, Alessandro mostrou que até o dia anterior a RAE, foram atendidos pela Central de Serviços de TIC cerca de 19.100 chamados técnicos. A expectativa é que o volume de atendimento da central seja equivalente ao de 2019, chegando a cerca de 25 mil chamados técnicos resolvidos



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Ao final, Alessandro concluiu sua apresentação agradecendo a atenção de todos e devolveu a palavra à Coordenadora de Gestão Estratégica.

Assunto:
ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Responsável:
**Desembargador Presidente
Valdir José Silva de Carvalho**

A Coordenadora Elisabete finaliza a apresentação destacando os resultados positivos do Tribunal mesmo num período de dificuldade e de adaptação a uma nova forma de trabalho.

Ainda informou que o CNJ reconhece essa dificuldade e informou que os dados de 2020 serão divulgados de forma global em relação a todo o judiciário ou segmento de justiça. Por não considerar adequado que em época de anormalidade os Tribunais sejam comparados entre si ou com períodos anteriores. Evitando assim uma exposição desnecessária dos Tribunais que tenham enfrentado situação adversa sem ter dado causa.

Agradeceu a participação de todos e ressaltou que um desempenho positivo é resultado do trabalho do grupo de magistrados e servidores que se dedica com muito comprometimento.

Encerrando a Reunião, o desembargador presidente Valdir Carvalho destacou que a atual administração buscou dar continuidade a administração anterior, exercida pelo desembargador Ivan Valença. Registrou dificuldades decorrentes da impossibilidade de novas nomeações e que foi fundamental para a manutenção da estabilidade das relações o acordo celebrado entre a Administração e a Associação dos Magistrados, onde a juíza presidente da Amatra6, Laura Botelho, exerceu relevante papel e a quem ele agradeceu.

Pedindo a palavra, a juíza Laura Botelho retribuiu o agradecimento e elogiou o empenho da administração em ser uma construtora de pontes para o diálogo.

Retomando a palavra, o presidente falou ainda na iniciativa de manter ao longo da pandemia as reuniões diárias com a alta administração e as semanais com alguns setores específicos do Tribunal com o intuito de dar transparência, marca de sua administração. Inclusive informou ser uma preocupação constante a realização de consultas prévias à AATP, OAB-PE, AMATRA, ASTRA, SINTRAJUF, Associação dos Oficiais de Justiça e aos Comitês internos de Saúde e Gestão de Riscos, para a tomada de qualquer decisão relativa ao exercício da atividade jurisdicional e de garantia da segurança de magistrados, servidores, colaboradores, advogados e jurisdicionados.

Por fim, elogiou os resultados positivos apresentados pelos gestores, mesmo num período de anormalidade e com novos desafios impostos com o surgimento da pandemia.

**VALDIR JOSÉ SILVA DE CARVALHO
Desembargador Presidente do TRT da 6ª Região**

Coordenação da Reunião

**ELISABETE DUARTE DE SOUSA ALVES
Coordenadora de Gestão Estratégica**